

Maria Silvia Borghese

Depressão & doença nervosa moderna

2ª edição



Blucher

DEPRESSÃO &
DOENÇA NERVOSA
MODERNA

Maria Silvia Borghese

2ª edição

Depressão & doença nervosa moderna

© 2024 Maria Silvia Borghese

Editora Edgard Blücher Ltda.

1ª edição – Via Lettera, 2004

2ª edição – Blucher, 2024

SÉRIE PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coordenador da série Flávio Ferraz

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Andressa Lira

Produção editorial Luana Negraes

Preparação de texto Maurício Katayama

Diagramação Negrito Produção Editorial

Revisão de texto Gabriela Castro

Capa Leandro Cunha

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed. do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Borghese, Maria Silvia

Depressão & doença nervosa moderna / Maria Silvia Borghese. – 2. ed. – São Paulo : Blucher, 2024.

224 p. (Série Psicanálise Contemporânea / coord. de Flávio Ferraz)

Bibliografia

ISBN 978-85-212-2036-7

1. Depressão mental. I. Título. II. Ferraz, Flávio. III. Série.

23-7026

CDD 616.8527

Índice para catálogo sistemático:
1. Depressão mental

Conteúdo

(Re)Apresentação	7
Prefácio à segunda edição	13
Prefácio à primeira edição: sobre a recodificação mercantil do sofrimento	19
Introdução	27
Parte I. O que é depressão?	37
1. Sujeitos deprimidos, depressivos	39
2. Depressão, eiação, diferentes humores	65
3. Depressão e suas terapêuticas	103
Parte II. A ideologia da depressão	123
4. Como investigar a ideologia da depressão	125
5. A venda da alegria na lógica da depressão	145

6 CONTEÚDO

Considerações finais	201
Referências	211

1. Sujeitos deprimidos, depressivos

A (in)felicidade do homem contemporâneo

O que é depressão? Como palavra que, atualmente, substitui o uso comum que se fazia das expressões *doença dos nervos* e *sistema nervoso*,¹ ela se converteu mais propriamente em um termo, cujo alcance e aplicação não deixam de ser intrigantes. Constitui tanto um jargão que descreve qualquer tipo de sensação ou mal-estar do indivíduo quanto um conceito que, notadamente no campo da psiquiatria, vem sendo abordado, sobretudo, como uma síndrome, uma doença transestrutural (André, 1995), que permite explicar e conhecer a problemática do homem contemporâneo.

O termo depressão aparece, ao mesmo tempo, como uma palavra-chave da nosografia psiquiátrica e uma expressão corriqueira da linguagem comum, tendo se incorporado ao vocabulário corrente de forma ambígua e difusa, na medida em que sua utilização

1 Sobre o tema do nervoso, ver *Da vida nervosa nas classes trabalhadoras* (Duar-te, 1986). Nesse livro, o autor faz um excelente estudo sociológico sobre a construção do nervoso, a partir de uma pesquisa realizada em uma comunidade no Rio de Janeiro.

remete a múltiplas significações. Em outras palavras, se é possível verificar clinicamente o indivíduo deprimido a partir do mapeamento dos prejuízos físicos e psíquicos que o estado depressivo ocasiona, também se encontra (com grande frequência) a classificação de reações e padrões de comportamentos *corriqueiros* como resultantes da depressão. Há uma gama enorme de sentidos quando um sujeito é denominado depressivo ou deprimido, pois essas designações já ganharam uma ampliação de sentidos que produz, ao mesmo tempo, o esvaziamento daquilo que inicialmente poderia se referir a um conceito propriamente dito.

Sofrer de depressão pode querer dizer apenas que o indivíduo está ocasionalmente triste ou, ao contrário, referir-se à instalação de um quadro acentuado, passível de ser verificado clinicamente, no qual indícios físicos e psíquicos denotam que o sujeito se vê enredado e sem condições de superar seu mal-estar. Certamente, não é indiferente classificar o sujeito como depressivo (quase um jeito de ser) e/ou como deprimido (uma espécie de estado [*in*] superável). Contudo, essa utilização indiscriminada pode resultar exatamente em uma situação que não será *evolutiveamente* superada, mas apenas controlada. Os sujeitos poderiam ser considerados estruturalmente depressivos, apresentando (pelas mais diversas razões) a exacerbação (*patológica?*) desse estado? A depressão se circunscreveria entre o ser *naturalmente* depressivo e o estar *momentaneamente* deprimido?

De todo modo, entre esses dois extremos surgem questões que conduzem a um mesmo eixo de investigação: como, por que e para que o conceito de depressão se dissemina de forma tão ampla e ambígua? Duas outras perguntas podem ser extraídas dos dois polos desse mesmo eixo:

- a) Por que *atualmente* os indivíduos padecem tão recorrentemente de depressão? Essa questão leva necessariamente à análise

das condições objetivas – históricas e sociais – que se colocam como denominadores comuns interferentes na existência do homem contemporâneo.

- b) Por que se tende a explicar as partes pelo todo? A lógica da depressão esfumaça ou tingem todas as reações psíquicas do sujeito, uma vez que se desvela nessa óptica o risco da *naturalização* da depressão. Todas as reações individuais poderiam ser classificadas como resultantes da depressão, em maior ou menor grau. Os sujeitos seriam *naturalmente* depressivos, tenderiam às reações depressivas e poderiam chegar ao extremo, convertendo-se em *deprimidos*, ou seja, alcançando um estágio no qual a depressão se instala de modo devastador em seu corpo e em seu cérebro, interferindo em todo o seu funcionamento fisiológico.

Cabe destacar que esse espectro se apresenta na clínica e que não se trata de defender aqui que a depressão é um fenômeno apenas teórico e ideologicamente engendrado. Contudo, as tentativas de elucidação desses estados, que são empiricamente verificáveis, têm resultado em uma generalização que termina por influenciar inclusive as escolhas e medidas de tratamento. É notório que a sociedade moderna se flagra perdida e imersa no mal-estar do ser humano, porém facilmente o explica e o define como depressão, uma problemática intrapsíquica, de natureza orgânica e de responsabilidade individual. *Sofremos de depressão e não mais de sistema nervoso*. Duarte (1986) sugere que essas expressões são incorporadas pelas classes menos cultas e, embora a classe médica aparentemente as rejeite, do ponto de vista dito científico, sua utilização refere-se nitidamente à tentativa de explicar as reações do sujeito sob a organização de um sistema que lhe é transcendente. Há uma referência direta ao suporte biológico, tomado como predominante no modo de funcionamento psíquico.

O indivíduo, então, visto como uma mônada biológica, deita-se à exposição e ao esquarteramento que o fragmentam e o capturam de uma maneira *a-histórica* e atemporal. *Naturalizado*, irreversivelmente doente e defeituoso, em contraposição às imagens perfeitas e divinas, conforma-se a uma vida de expiação de culpas pelas mazelas e dificuldades que encontram em seu existir. Sua humanidade, em seus defeitos, é a principal causa de seu padecimento, sobretudo de suas tristezas.

Paradoxalmente, diante dos impasses provocados pelo seu mal-estar, mesmo explicado (ou pretensamente desvendado) por um mundo *cientificado*, o desamparo do sujeito atinge níveis insuportáveis (Birman, 1993). A contraposição entre os discursos psicanalíticos e psiquiátricos é a expressão de duas tentativas de apreensão do sujeito e seus estados psíquicos ou mentais, que, sustentadas em supostos distintos, não deixam de denunciar a fragilidade e até mesmo a impossibilidade de se apreender a cisão expressa a partir do sujeito quando de sua tomada como objeto.

Vale retomar Adorno (1968/1995) quando postula que sujeito pode se referir tanto ao indivíduo particular quanto a determinações gerais; ambas as significações necessitam-se reciprocamente, mal se pode apreender uma sem a outra. *Até mesmo os nomes próprios trazem implícita uma referência ao universal*. Evidencia-se, desse modo, que não se trata de conferir o singular (a história e as representações) à psicanálise e as categorias coletivas e universais (o corpo e a biologia) à psiquiatria, pois essa suposta separação acabaria por encobrir – o que seria puramente ideológico – a tensão/cisão enfrentada tanto pelo psicanalista, diante da singularidade do desejo do sujeito, atravessado por *violentos processos identificatórios*, também constituídos a partir das referências à coletividade (aspectos sociais) e à universalidade da biologia, quanto pelo psiquiatra, que se vê indagado por um sujeito com uma história

peculiar, que tenta nomear seu mal-estar por meio de categorias que lhe são próprias.

É preciso salientar o mal-estar na civilização como o mal-estar dos sujeitos, que, por meio de seus sintomas, de suas reações subjetivas, também questionam a lógica totalizante. Note-se, a clínica freudiana em sua mirada sobre o indivíduo terminou por conduzi-lo a um profundo e consistente questionamento acerca das estruturas sociais, mesmo não sendo este o seu objetivo principal. Da essência do sujeito, destacou-se a relação iatrogênica e *patologizante* entre os anseios subjetivos e as possibilidades objetivas de existência.

Na verdade, a própria contraposição/oposição (maniqueísta) entre a psicanálise e a psiquiatria conduz ao pior dos equívocos: o de se pensar que a resposta estaria na substituição ou eliminação de uma pela outra. Trata-se, sem dúvida alguma, de manter essa relação “dilemática”, justamente no que ela pode portar de revelador. Se a depressão é considerada como a *doença nervosa moderna*, é preciso decifrar os pressupostos, os métodos e os caminhos de elucidação sobre essa maneira específica de adoecer do ser humano. Por que depressão? Diante deste mundo que perdeu as esperanças no Iluminismo e a crença absoluta na razão cientificista (Birman, 1993), o desencanto radical renova as condições do mal-estar na civilização: “A religião se rearticula, promovendo a constituição de novas visões de mundo. Porém, para os incrédulos, o universo das drogas estimulantes e das drogas psicotrópicas promete a *excitação dionisíaca e a quietude nirvânica*” (p. 365).

Aqui, abre-se uma questão importante que, embora vá ser retomada com mais profundidade adiante, exige por ora sua enunciação. Se a psicanálise, desde o final do século XIX, colocou-se como um contraponto – certamente incômodo – à psiquiatria, atualmente não se pode deixar de avaliar o impacto que a psicofarmacologia e as pesquisas neurobiológicas produziram sobre a

psicanálise – teoria e prática –, pois, certamente, nas últimas três décadas, a psiquiatria biológica e a psiquiatria clínica têm se sustentado em um ideário teórico que supõe a insuficiência e até mesmo o fracasso da psicanálise ao se defrontar com as perturbações psíquicas (Costa Pereira, 2002).

Portanto, é possível dizer que a relação entre a psiquiatria e a psicanálise reflete um confronto, fundado em uma tomada equivocada e parcial do sujeito, cujas teorias tendem a se outorgar o direito de saber o que principalmente o elucida em seu mal-estar. À psiquiatria, o corpo, e à psicanálise, a mente e suas representações. Certamente, essa é uma via desastrosa e funesta e, justamente por isso, para além das correções teóricas que cada um dos campos já apresentaria para denunciar o equívoco, cabe a explicitação de uma pergunta essencial: de quais finalidades e de que tipo de lógica essas contraposições simplistas estariam a serviço?

O advento da sociedade burguesa

Partindo da interrogação de por que o ser humano contemporâneo sofre de depressão, inevitavelmente a investigação não poderá prescindir do exame minucioso dos aspectos sociais e históricos que dizem respeito à existência do ser humano em sociedade, já que, obviamente, a investigação incide sobre o humano civilizado e não sobre uma ideia abstrata de ser humano natural.

Invertendo completamente a perspectiva, impõe-se um rico e proveitoso caminho: o de tomar as formas de organização social do ser humano, destacando alguns elementos que possam trazer luz à compreensão dos estados depressivos que, contemporaneamente, tendem a ser até considerados de endêmicos a epidêmicos. Ademais, vale ressaltar que, apesar de se falar do caráter endêmico da depressão, é preciso considerar que, embora epidemia seja uma expressão referente às características próprias da população de

dada região, isso não significa que a depressão é uma característica *natural* dos sujeitos. Por mais que se possam analisar os aspectos depressivos constituintes do sujeito e de seu psiquismo, isso não autoriza a concluir que a recorrência da depressão em certo tempo, em dada sociedade, se explica por uma tendência *natural*.

Não se pode deixar de observar quais são os fatores presentes na lógica objetiva que contribuem para a intensificação de sintomas depressivos de modo geral. Conforme será possível acompanhar na análise de estímulos apresentada na Parte II, a concepção acerca dos estados ou quadros depressivos é tendenciosamente *naturalizada*.

Por outro lado, é fundamental ainda questionar o que hoje se considera como aspectos epidêmicos da depressão. Nunca se falou tanto em depressão, porém certamente nunca será demais repetir sobre a necessidade de discriminar os sujeitos que exacerbam os sintomas depressivos, adoecendo gravemente, das pessoas que reagem e se infelicitam diante das dificuldades cotidianas. De qualquer modo, é bom que se diga, mesmo nos estados graves de depressão, que o sujeito não deixa de portar e direcionar uma crítica e/ou um questionamento às condições objetivas de sua existência.

De que lógica se trata? Quais são os princípios organizadores da existência em sociedade? Uma vez que todo e qualquer campo e sistema de produção de conhecimento e de serviços se fundam e se estruturam circunscritos por parâmetros que lhes são transcendentos, será profícuo o exame desse *cenário não neutro*, cujas determinações atravessam a lógica interna dos sistemas. Sem dúvida alguma essa análise não se inicia nem se sustenta em confrontos parciais e tendenciosos e poderá lançar luz sobre as questões que serão descortinadas.

Horkheimer e Adorno (1968/1987) destacam que o conceito de sociedade só foi concebido como o é atualmente a partir da ascensão da burguesia. Embora se possa traçar, já a partir das

concepções de Platão, uma relação entre sociedade e domínio, o conceito de sociedade se consolida mais propriamente com o advento da época burguesa, quando se tornou visível o contraste entre as instituições feudais e absolutistas, por um lado, e a camada social que já dominava então o processo vital e material da sociedade, por outro.

O sujeito burguês busca a sobrevivência pelo domínio da natureza e da organização da vida em sociedade. Mas por que as estruturas criadas para esse fim, cujos avanços são notórios, levam o ser humano cada vez mais – em seu âmbito individual – à regressão e à neurose? Por que se tem encontrado na depressão o principal meio de adaptação à atual ordem das coisas, por um lado, e de fuga e escape (em vez de enfrentamento), por outro? A depressão conduz a um quadro de letargia física e de empobrecimento do pensamento. Nesse sentido, é forçoso considerar a hipótese de que o grau de renúncia que o ser humano contemporâneo se impõe, para permanecer inserido na lógica do sistema dominante, repercute de maneira determinante, trazendo sérios prejuízos à constituição de sua subjetividade.

Explicita-se assim o antagonismo entre a sociedade, os indivíduos que a compõem e as instituições vigentes. Destaca-se a importância de o ser humano se agrupar e continuar se agrupando a partir, sobretudo, de uma decisão racional, uma vez que é possível afirmar que o humano não é um ser *naturalmente* sociável, pois necessita ser submetido a um processo de educação. De outro lado, não se coloca outra possibilidade de existência além da social, e o sujeito sempre será submetido a um processo civilizatório na constituição de seu existir humano. Do ponto de vista da sociedade, essa educação implica essencialmente uma submissão a dois contratos primordiais: o da propriedade e o do domínio, com os quais o indivíduo se compromete diante das instituições vigentes em prol dos interesses da coletividade. Horkheimer e Adorno

(1968/1987) destacam ainda as ideias de Hobbes, no que diz respeito à mudança do poder do mais forte, no estado natural, que se converte em poder de domínio no estado legal (social).²

Note que é praticamente impossível separar o conceito de sociedade em sua polaridade entre os elementos institucionais e naturais, uma vez que a constituição social só existe na medida em que a convivência entre os homens é mediada, institucionalizada. Citando os autores:

Quando o pensamento sobre o caráter e a natureza da sociedade perde de vista a tensão entre instituições e vida, e procura resolver o social no natural, não orienta um impulso de libertação no que diz respeito à pressão das instituições, mas, pelo contrário, corrobora uma segunda mitologia, a ilusão idealizada de qualidades primitivas que se referiria, na verdade, ao que surge através das instituições sociais. (Horkheimer & Adorno, 1968/1987, p. 32)

Obviamente, o exemplo máximo de uma compreensão da sociedade nessa perspectiva, como imediatamente apontam os autores, é o mito fascista do nacional-socialismo. Contudo, na atual sociedade que prossegue sobrevivendo à custa da dominação, observa-se a *sofisticação* de seus instrumentos, que passam a operar mais sutilmente, embora na mesma direção e com intenções semelhantes. É certo que as teorias nazistas e as ideias de Hitler eram vergonhosamente místicas e inconsistentes, porém o discurso atual da pseudociência veio se aprimorando e se sustentando em

2 Curiosamente, pode-se dizer que essa passagem implica a retirada do corpo, da força corporal, como elemento que garante o poder pela subjugação física e a necessidade gradual do desenvolvimento das funções psíquicas, ou *forças mentais*, como forma de obtenção do poder de domínio.

argumentos que são considerados mais sólidos e concebidos como científicos. Esse é um ponto nodal de difícil resolução, uma vez que a utilização das explicações científicas é intensamente marcada por interesses ideológicos.

No caso da depressão, é preciso dizer que a exacerbação de um confronto entre os discursos da psicanálise e da psiquiatria fomenta, como já assinalado, a falsa necessidade da superação de um pelo outro, encobrendo, pela tomada parcial das reações subjetivas, a complexa trama constituinte do sujeito que não pode prescindir de todo modo das condições objetivas de sua existência. Como resultado, continua tratando-se de resolver o social no natural, o que, no caso da depressão, como se pretende evidenciar, é flagrante. Na verdade, tanto nas ciências médicas quanto nas psicológicas, bem como na psicanálise, corre-se o risco de *naturalizar*, no ser humano, fenômenos reveladores das tensões instaladas pelos antigos e fundamentais contratos da sociedade burguesa: o da propriedade e o do domínio do estado legal.

A compreensão da estrutura dinâmica da sociedade exige um esforço não desprezível de tomar o geral e o particular, buscando desvendar o processo pelo qual passa o homem em sua única alternativa de existência, que é a vida em sociedade, mas não necessariamente nesse modelo social que o oprime e o entristece, como bem denuncia o personagem de Dostoiévski (1864/2000), convertendo-o apenas em *uma tecla a mais do piano*. Destaca-se aqui a ideia corrente de que o ser humano se tornou uma peça da engrenagem da sociedade industrial burguesa, aprisionado e submetido, sobretudo, ao poder das instituições econômicas, uma vez que a ordem social se instala para manter e proteger as formas vigentes das atividades econômicas. Nessa direção e para garantir a manutenção do *status quo*, *há cada vez mais sociedade*. As estruturas sociais intensificaram-se no final do século XIX, envolvendo todas as pessoas, que passaram a ser individualmente controladas

por documentos de identificação criados para garantir a eficácia dos mecanismos de controle e dominação social (Ginzburg, 1989).

A cristalização da sociedade hoje é evidente, e a globalização instalou a quebra de fronteiras apenas para esses mecanismos de controle destinados à manutenção das regras e leis da economia de *mercado*, voltados para garantir a ampliação do capitalismo dos países ricos, que vorazmente busca se alimentar de novos mercados, em detrimento das reais necessidades das sociedades mais pobres. Evidencia-se que esse movimento de *cada vez mais sociedade* pretende não a unificação e pacificação dos povos e nações, mas muito mais o acirramento dos antagonismos sociais, uma vez que o progresso tecnológico e a *sofisticação* das estruturas sociais não conduziram à diminuição da violência, das guerras e dos riscos de destruição da humanidade.

Tomando a sociedade no que se refere à rede das relações individuais, é preciso notar que a essência do homem jamais poderá ser pensada sem considerar a natureza da sociedade e sua dinâmica. A própria ideia de indivíduo (criação da sociedade burguesa) denuncia o quanto a socialização *afeta* o ser humano, que passa a ser concebido como “pretensa individualidade exclusivamente biológica, não tanto desde fora, mas, sobretudo, na medida em que envolve o indivíduo em sua própria interioridade e faz dele uma mônada da totalidade social” (Horkheimer & Adorno, 1968/1987, pp. 40-41).

Esse é o ponto fundamental a ser considerado ao examinar o ser humano contemporâneo e seus estados depressivos, pois, como bem destacam os autores supracitados, o que antes acontecia aos indivíduos de fora para dentro, podendo ser vivido explicitamente no âmbito das tensões sociais e das relações de dominação, agora é vivido e sofrido pelo indivíduo no seu íntimo, potencializando atritos e conflitos internos que se intensificam, colocando em xeque, como também assinalou Freud em diversos textos ao longo

de sua obra, o nível de civilização alcançado. A socialização acaba por criar os instrumentos de sua destruição potencial, inclusive na dimensão subjetiva, dispondo condições para o sujeito finalmente sucumbir.

Quando o sujeito considera as condições presentes – também objetivas – da sua existência (Birman, 1993), suas realizações e principalmente seus obstáculos, ele necessita tanto evocar seu passado como projetar no futuro a possibilidade de superação de suas dificuldades. Desse modo, o sujeito caracteriza-se pela historicidade, pelo reconhecimento da sua finitude e incompletude que o coloca diante da responsabilidade de dirigir seu destino.

A vida, a existência em sociedade, enfim, as ancoragens do sujeito psíquico são contrapontos estruturantes que fundam uma tensão permanente e necessária para que o humano se constitua. A questão em aberto remete às críticas centrais de Freud (1930/1974), em *O mal-estar na civilização*, às formas de civilização estruturadas de modo a violentar o próprio ser humano, que mais o subjuga do que o viabiliza em sua possibilidade desejante.

O sujeito burguês e a psicanálise

Dizer que o sujeito se constitui socialmente não significa sugerir que o ser humano é um mero produto da sociedade. Paradoxalmente, ele apenas se torna indivíduo, singular, no embate com o outro e com a cultura. Inevitavelmente marcado pelas condições biológicas de sua existência, pelas limitações de um corpo, enfim, pelos invariantes universais dos quais é portador, o sujeito vê-se forçado a trilhar um caminho *único*. Não menos universal é a sua singularidade. Ser singular reúne-o em uma categoria universal, mas também o isola e o desampara. O sujeito pode alienar-se de si mesmo tanto a partir das explicações *coletivizantes* quanto dos

esconderijos ou refúgios encontrados nos limites de seu próprio corpo (limites universais).

Nesse sentido, é interessante acompanhar Freud, destacando as ideias que o psiquiatra postulou desde o final do século XIX, partindo de uma compreensão dos fenômenos psíquicos que o levou a denunciar o antagonismo entre civilização e vida pulsional dos seres humanos. Essa relação, que, embora de contraposição, não pode ser analisada a partir de uma perspectiva simplista ou maniqueísta, já aparecia em uma carta a Fliess (1986), quando Freud coloca claramente que o incesto é antissocial e a civilização consiste na renúncia progressiva do mesmo. Em *Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna* (Freud, 1908/1974), ele toma importantes aspectos sociais para demonstrar quanto a vida em sociedade onera o psiquismo e sobrecarrega o sujeito, ressaltando a perspectiva de que as estruturas da sociedade moderna criam contingências insuperáveis ao sujeito do ponto de vista do desenvolvimento de indivíduos que possam ser chamados de *normais*.

Nesse texto, Freud inicia sua argumentação sugerindo que, sob a óptica de uma moral sexual civilizada, a saúde e a eficiência dos indivíduos estão sujeitas a danos, causados pelos sacrifícios exigidos, que atingem um grau tão elevado que chega indiretamente a colocar também em perigo os objetivos culturais.

A doença nervosa moderna difundiu-se rapidamente na sociedade contemporânea, e não é de se estranhar, segundo ele, que seja G. M. Beard, um médico estadunidense vivendo em uma sociedade industrial e urbana, a descrever em 1896 o quadro da neurastenia, classificada na época por Freud como uma *neurose atual*,³ provocada pelas repressões sociais à sexualidade. Em outras

3 Freud concebeu inicialmente uma classificação para os estados neuróticos, dividindo-os principalmente em dois grupos: as psiconeuroses infantis, causadas por aspectos mais remotos e infantis, e as neuroses atuais, originadas

palavras, a influência prejudicial da civilização reduz-se principalmente à regressão nociva da vida sexual:

Nossa civilização repousa, falando de modo geral, sobre a supressão dos instintos (pulsões). Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou ainda das inclinações vingativas ou agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições, resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. (Freud, 1908/1974, p. 192)

De modo enfático, Freud assinala que a pulsão (sexual) coloca à disposição da atividade civilizada uma extraordinária quantidade de energia, em virtude de uma singular e marcante característica: sua capacidade de deslocar seus objetivos sem restringir consideravelmente sua intensidade. Contudo, para a grande maioria das organizações psíquicas é indispensável certa quantidade de satisfação sexual direta, e sua restrição acarreta prejuízos funcionais e doenças. A pulsão sexual desenvolve-se a partir do autoerotismo, direcionando-se ao amor objetal. Porém, grande parte das forças, suscetíveis de utilização em atividades culturais, é obtida pela supressão dos chamados elementos *perversos* da excitação sexual. Entretanto, sustentando-se em sua experiência clínica, Freud evidencia que existe, para a imensa maioria de pessoas, um limite além do qual suas constituições não podem atender às exigências da civilização.

A civilização, promovendo o confinamento dos indivíduos à neurose, *quaisquer que sejam sua extensão e sua vítima* (Freud, 1908/1974, p. 207), acaba por ter seus objetivos frustrados. Se uma

pela incapacidade de viabilizar a vida sexual adulta, devido a fatores externos, oriundos da repressão da moderna civilização à sexualidade.

sociedade se estrutura sobre o incremento de doenças nervosas, não tem do que se orgulhar, na medida em que obtém avanços à custa de sacrifícios, que inevitavelmente colocam em questão aquilo que se pode considerar lucro, avanço ou progresso.

A importância dessas ideias é inquestionável, pois, embora só volte a se debruçar sobre o tema da relação dos indivíduos com a sociedade civilizada de uma maneira mais aprofundada por volta de 1927, Freud não deixa dúvidas quanto à sua avaliação de que não se podem compreender a doença e o sofrimento psíquico sem considerar fatores e aspectos sociais. Para ele, as restrições da atividade social numa comunidade são sempre acompanhadas de intensificação do medo da morte e de ansiedade ante a vida, que perturba a capacidade do indivíduo para o prazer, assim como a disposição de enfrentar a morte por uma causa. Conclui com uma indagação:

é justo que indaguemos se a nossa moral sexual civilizada vale o sacrifício que nos impõe, já que estamos ainda tão escravizados ao hedonismo a ponto de incluir entre os objetivos de nosso desenvolvimento cultural uma certa dose de satisfação da felicidade individual.
(1908/1974, p. 208)

É óbvio, porém imprescindível, ressaltar que Freud caminhou em sua teorização cada vez mais no sentido de elucidar uma relação que não se dava diretamente entre repressão social da sexualidade e aparecimento de sintomas e adoecimento psíquico, tal como se pode depreender do texto de 1908. Certamente, o que está em questão é o conflito no sujeito entre os registros da pulsão e os da civilização. Freud, porém, vai fazer uma mudança radical que torna muito mais complexo e quase intransponível o embate que, por ser travado nos labirintos tortuosos e desconhecidos do mundo mental, ganha mais consistência, sobretudo no que se

refere à presença das determinações sociais na constituição do sujeito. A partir de suas reformulações acerca da teoria pulsional e da descrição do superego, vai deixar muito mais evidente que as marcas culturais ganham um lugar específico na difícil *administração interna* da economia pulsional do sujeito e que a compreensão da existência de um sujeito cindido, marcado fortemente pelo conflito, faz dele um estandarte do mal-estar, refletindo desde seu mundo interno até as tensões e as discrepâncias que o jogam em um doloroso, mas também gozoso, embate com o mundo externo.

Essas considerações conduzem à necessária reflexão acerca do adoecimento e mal-estar do ser humano no mundo moderno, resumidos pela ciência e pela indústria cultural na palavra depressão, ideologicamente tomada como fenômeno intrínseco ao sujeito, reflexo de problemas internos que o conduziriam ao desajuste social.

Mas, se grande parte das pessoas sofre de depressão, daquilo que se converteu na doença nervosa moderna do final do século XX, quais são os elementos sociais a serem considerados? De que males padecem os seres humanos durante sua existência civilizada? É possível correlacionar as condições objetivas da existência do ser humano com suas reações subjetivas? Na medida em que tanto doenças físicas quanto reações psíquicas se intensificam, estabelecendo um padrão identificável em uma dada época (histórica e social), é necessário observar com rigor como esses fatores se articulam e se determinam entre si.

Depressão: doença do sujeito e “doença” da sociedade

O ser humano é um ser social. Isso significa dizer que sua subjetividade se constitui no entrecruzamento de determinações várias. O indivíduo vive de maneira singular as situações originadas no campo social e histórico, as relações de objeto e os episódios de vida – enfim, aquilo que se considera realidade externa. Apenas pela



A primeira edição deste livro foi publicada há mais de duas décadas. Sua peculiar trajetória sustenta por si só a decisão de relançá-lo agora. Havia então uma efervescência no pensamento psicanalítico: ideias como *medicalização e depressão decorrente de condições sociais* eram recebidas com reserva entre alguns psicanalistas. Apenas dez anos depois esta obra encontrou eco entre psicanalistas, psiquiatras e alunos em formação. A discussão central aqui empreendida permanece válida, pois a *culpabilização* individual e o aprisionamento dos sujeitos à lógica depressiva seguem sendo os principais pilares de sustentação de um modo de vida no qual a grande maioria das populações mundiais sobrevive em condições miseráveis.

série

PSICANÁLISE CONTEMPORÂNEA

Coord. Flávio Ferraz

PSICANÁLISE

ISBN 978-85-212-2036-7

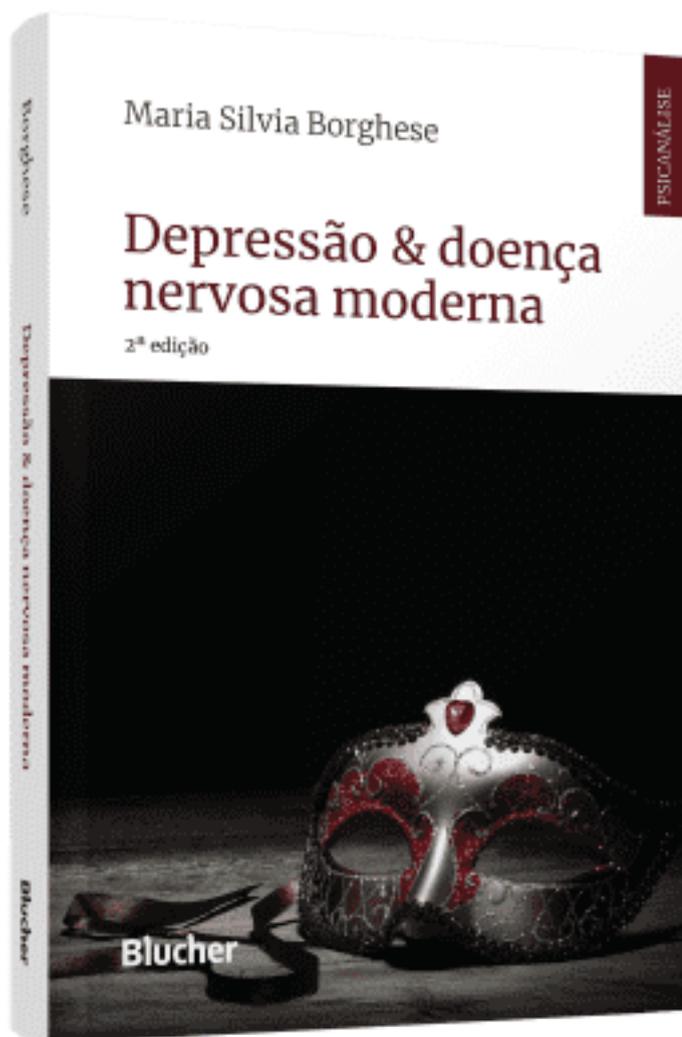


9 788521 220367



www.blucher.com.br

Blucher



Clique aqui e:

[VEJA NA LOJA](#)

Depressão & doença nervosa moderna

Maria Silvia Borghese

ISBN: 9788521220367

Páginas: 224

Formato: 14 x 21 cm

Ano de Publicação: 2024
